

Bóias-frias conquistam negociações diretas no campo

São Paulo — A greve dos bóias-frias de Guariba abriu a fase da negociação direta entre patrões e empregados na economia rural paulista — a maior do país — e fortalecerá os respectivos sindicatos, sob pena de as duas partes verem crescer a violência descontrolada no campo e cidades do interior — constatam os dirigentes sindicais. A região de Ribeirão Preto, onde está Guariba, é "o ABC da agricultura brasileira", observa a socióloga Maria da Conceição D'Incao.

Segundo o economista José Graziano da Silva, a violência, a partir de Guariba, será um elemento latente nas reivindicações de bóias-frias, porque esse resiste pouco tempo a greves prolongadas — sobretudo quando começam a faltar alimentos — e tendem a resolver drasticamente o impasse nas negociações, por exemplo, ateando fogo nos canaviais. "Eles têm fôlego curto", alerta Graziano, professor de Economia Rural da Universidade Estadual de Campinas, e isso aumenta a responsabilidade dos sindicatos.

Operários

Sua análise tem pontos de contato com a de Maria da Conceição D'Incao, autora de 'O bóia-fria: acumulação e miséria', em 10ª edição. Ela viu no movimento de Guariba, encerrado há 10 dias, características mais urbanas que rurais. "Cortar cana não é atividade tipicamente rural, mas trabalho de operário não qualificado", afirma a socióloga. "O desenvolvimento do capitalismo no campo — frisa ela — tende a fazer desaparecer a distinção entre urbano e rural".

A greve de Guariba teve como estopim o aumento das contas de água da Sabesp — Companhia Estadual de Saneamento Básico do Estado, o que levou à destruição de três unidades de distribuição de água da cidade. O movimento prosseguiu com o saque a um supermercado, cujo dono era acusado pelos bóias-frias de negar crédito aos trabalhadores e aumentar os preços dos alimentos. A maioria dos bóias-frias de Guariba, além disso, mora na periferia da cidade, em bairros tipicamente proletários, e não no campo.

Estas características, segundo D'Incao, tornam o movimento de Guariba diferente, por exemplo, do de cortadores de cana de Pernambuco, onde há muitos posseiros e arrendatários e, portanto, maior vinculação à terra. Em Guariba, observou D'Incao, a bandeira de reforma agrária dificilmente mobilizará os bóias-frias, "cujas reivindicações são operárias: melhores condições de trabalho". Ela acredita, porém, que o sindicalismo rural crescerá em todo o Estado.

O crescimento do número de trabalhadores assalariados no campo — com a virtual extinção da figura do colono em São Paulo — obrigou também à mudança na política da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, que sempre considerou a reforma agrária a solução para as questões trabalhistas no campo. Com forte penetração no Nordeste e sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Contag passou a adotar uma política específica para o assalariado rural depois de seu 3º Congresso, em Brasília, em 1979.

Trabalho sindical

Esta mudança, embora sem aplicar-se para todo o país, representou uma guinada de 180 graus da Contag, que centrava sua atuação na questão da posse da terra pelo trabalhador e via no assalariado rural (o bóia-fria) "uma espécie de filha que se perdeu", como observa o

economista José Graziano da Silva. Foi a partir de 1979 que se intensificou o trabalho sindical entre bóias-frias em São Paulo, observa o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaesp), Roberto Horiguti.

Horiguti admite que a greve e a violência de Guariba surpreenderam os dirigentes sindicais, mas nega que o movimento tenha sido totalmente espontâneo. Há um ano, diz ele, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e Guariba combatia o sistema de corte de cana de sete ruas, motivo inicial da insatisfação dos bóias-frias, com ajuda considerada "importante" da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja.

Gradualmente, os sindicatos mais atuantes do interior paulista — principalmente das regiões de cana e laranja — tem procurado ampliar sua organização, mas a primeira greve de grandes proporções "era esperada apenas a partir de 1985", revela o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, Vitor Jorge Fanta.

Fanta explica este gradualismo pelas dificuldades de atuação sindical no campo, com a dispersão dos trabalhadores em grandes áreas, o que tem levado os dirigentes a se reunir com bóias-frias nas periferias das cidades, onde moram, pouco antes de os caminhões seguirem para as culturas. "Levamos 15 dias para falar com 100 trabalhadores e um dia inteiro para falar com 10", explica Fanta.

Neste quadro, a explosão de Guariba e suas repercussões na região (Bebedouro, Monte Alto, Taquaritinga) foi o resultado de condições específicas e várias coincidências. José Graziano da Silva apontou a coincidência do início da safra em maio, tanto da cana como do café e laranja, e o ano excepcional para a laranja, em função das geadas da Flórida, nos Estados Unidos, que aumentaram os rendimentos dos produtores, em descompasso com os reajustes dos apanhadores.

Mas, igualmente, teve importância, segundo ele, a abertura política, que permitiu a mobilização contra as sete ruas e, até a última campanha eleitoral, "O Governador Franco Montoro fez campanhas nesta região com um discurso dirigido aos direitos dos trabalhadores", notou Graziano. Com o início da safra e a questão não resolvida das sete ruas, além dos aumentos das contas da Sabesp, a revolta precipitou-se.

— A mobilização tinha que ser na região de Ribeirão Preto — acrescenta a socióloga Maria da Conceição D'Incao, professora de Sociologia Rural da Unesp — Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. "Enquanto os bóias-frias de outras regiões do país não têm identidade, os trabalhadores das regiões de Ribeirão Preto iniciaram um processo de auto-identificação como categoria de trabalhador: eles se consideram cortadores de cana e isso é pré-condição para qualquer organização", afirma.

Culturas modernas

A expansão das "culturas modernas" em São Paulo — cana, laranja, café — com emprego intensivo de mão-de-obra, contribuiu para a maior organização do trabalho agrícola, que tem como consequência maior organização sindical, de acordo com o economista Fernando Homem de Mello, da USP — Universidade de São Paulo, e autor de O problema alimentar no Brasil.

Até 1975 — ano do início do Proálcool, em novembro — o Estado de São Paulo tinha 900 mil hectares de cana plantada, e em 1984 este total elevou-se para 2 milhões 300 mil hectares, segundo Homem de Mello. Este total significa um terço de toda a área plantada do Estado, de 6 milhões 500 mil hectares. Além disso, a cana emprega a maioria dos quase 500 mil bóias-frias do Estado e, observa o economista, tende a especializar seu trabalho — ele torna-se então cortador de cana.

Outro fator de tensão é a elevação da sazonalidade propiciada pelas culturas modernas. Em 1980, no início da safra em junho, havia 446 mil bóias-frias trabalhando em todo o Estado, de acordo com pesquisa de José Graziano da Silva. Quatro meses depois, em setembro, este número caiu para 247 mil. Embora muitos, após o corte de cana, continuem nas usinas, preparando a terra para a nova safra, a maioria perde o emprego.

Igreja

No plano político, o sindicalismo rural paulista sofre influência, em pequena escala, de militantes do PCB, egressos dos anos de atividade sindical após a regulamentação dos sindicatos rurais em 1962, pelo então Ministro do Trabalho, Franco Montoro. Hoje, a instituição mais influente, segundo Roberto Horiguti, é a Igreja, após a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975.

O trabalho da Igreja em Ribeirão Preto visa a colaborar com os sindicatos, sem influir em suas decisões, garante o Padre José Domingos Bragheto, coordenador da Pastoral da Terra em São Paulo. Em geral, agentes de Pastoral desenvolvem um trabalho teológico e de orientação de direitos trabalhistas, segundo Bragheto, "mas quando um sindicato pede nossa colaboração, não podemos negar", acrescenta.

A atuação da Igreja começou pouco antes de 1964, tendo como preocupação conter a influência comunista no campo, em São Paulo, segundo Antônio Crispim da Cruz, há 21 anos presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos e membro do PCB. Ele reconhece que a Igreja acabou ganhando a disputa, e sua atuação intensificou-se após 1964 com a ala conservadora do clero, que fundou e apoiou sindicatos de linha assistencialista e apolítica.

O Padre Bragheto concorda com a análise de Crispim, mas nota que, antes mesmo de 1964, na região de Ribeirão Preto, já havia representantes da Igreja progressista. Cita o Padre Celso Ibson de Syllos, que montou frentes agrárias, fundou sindicatos e foi preso em 1964, abandonando os votos, posteriormente, e casando. Durante muitos anos, até a criação da CPT, houve um vácuo da atuação da Igreja no meio rural, explica Padre Bragheto.

Um dirigente da nova geração, Élio Neves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Araraquara, 30 anos, e filho de um antigo militante do PCB da Região, repudia influência política no novo movimento de trabalhadores rurais — que ele chama de "nova era", depois de Guariba.

— Os partidos políticos não entrarão no movimento sindical, eles não têm espaço, nem condições morais. Fomos prejudicados tanto na vida que desconfiamos até da própria sombra. Palavreado bonito não nos interessa, o que o trabalhador quer é resultado prático — destaca Élio Neves, que desconfia também da "estrutura aburguesada da Igreja" e garante: "O movimento rural começa a andar com as próprias pernas".

ALEXANDRE POLES E SÔNIA CARVALHO

(Página 18)